

Este artigo é parte integrante da Edição v.1, n.2, 2017

eISSN 2595-1971
DOI 10.25188/FLT-GaleriaTeologica(eISSN 2595-1971)v1.n2.2017.p14-28

Licenciado sob uma Licença Creative Commons
Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações 4.0 internacional



A JUSTIÇA AO TRABALHADOR E O CUIDADO COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: EXEGESE DE LEVÍTICO 19.13-14

JOÃO CARLOS DE SOUZA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 ENTENDENDO O QUE O TEXTO DIZ	17
1.1 TRADUÇÃO PROVISÓRIA.....	17
1.2 ANÁLISE GRAMATICAL.....	17
1.3 ANÁLISE ESTRUTURAL.....	18
2. ENTENDENDO O TEXTO EM SEU CONTEXTO	19
2.1 CONTEXTO LITERÁRIO.....	19
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO.....	19
3. ENTENDENDO O TEXTO EM RELAÇÃO COM O TODO DA BÍBLIA	21
4. ENTENDENDO O QUE O TEXTO DIZ PARA NÓS HOJE	23
4.1 REFLEXÃO HERMENÊUTICA E IMPULSOS PARA A APLICAÇÃO DO TEXTO.....	24
CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

O texto de Lv 19.13-14 apresenta-se como um estatuto de lei apodítica, ou seja, um conjunto de mandamentos ou proibições do tipo “fazer” ou “não fazer”. O assunto dessas leis diz respeito ao convívio em sociedade, especialmente com as pessoas mais necessitadas ou que se encontrem em desvantagem social.

Para extrair o significado do texto em seus detalhes e entender em que ele contribui para a nossa realidade hoje, utilizou-se uma metodologia que consiste em quatro passos básicos. No primeiro deles, olha-se para o texto e sua estrutura, através da crítica textual e da análise gramatical, formulando-se uma tradução provisória do texto hebraico.

No segundo passo é analisado o contexto do surgimento do texto, com a finalidade de chegar mais próximo daquilo que significou para seus primeiros destinatários.

No terceiro passo é analisada a intertextualidade, ou seja, a relação do texto com outras passagens da Bíblia. O assunto tratado no texto se repete em diversos lugares no Antigo e no Novo Testamento, sendo que esse passo metodológico busca olhar o que o conjunto das Sagradas Escrituras tem a dizer sobre ele.

No quarto passo é feita a relação entre o que foi descoberto nos passos anteriores e a realidade atual, com a finalidade de compreender o que o texto tem a dizer a nós hoje. Esse último passo resultará em uma reflexão sobre a atuação cristã diante dos impulsos que o texto dá. A importância desse passo reside no fato de que o estudo exegético não se destina apenas a uma finalidade acadêmica, pois assim como as Escrituras nascem de experiências de vida e fé, elas também se destinam a produzir mudanças nas vidas e nas comunidades que são tocadas pela fé em Deus. Assim buscamos entender o que Deus diz a nós e como devemos agir a partir daquilo que Ele nos diz.

1 ENTENDENDO O QUE O TEXTO DIZ

O primeiro passo para se entender um texto é a sua leitura. No caso de Lv 19.13-14, o idioma original do texto é o hebraico. Portanto, a Bíblia Hebraica, léxicos e gramáticas do hebraico bíblico são ferramentas indispensáveis. Além disso, faz-se a análise do aparato crítico da Bíblia Hebraica, que relaciona as possíveis variantes que o texto tem em diferentes versões que deram suporte para a formação do texto que temos disponível hoje. A comparação entre diversas traduções disponíveis também nos ajuda a esclarecer o significado.¹ Com a ajuda destas ferramentas, elaborou-se uma tradução literal, conforme se segue, que será provisória, pois o prosseguimento do estudo poderá esclarecer outras questões que levarão a uma tradução mais precisa e adequada ao estilo da língua portuguesa.

1.1 TRADUÇÃO PROVISÓRIA

13 לֹא-תַעֲשֶׂק אֶת-רֵעֶךָ וְלֹא תִנּוּל לְאֶתְלִין פְּעֻלַּת שְׂכִיר אֶתְךָ עַד-בֹּקֶר :

Não oprimirás² o teu próximo e não o roubarás. Não³ ficarás à noite⁴ com o pagamento do diarista contigo até o amanhecer.

14 לֹא-תִקְלַל חֵרֶשׁ וְלִפְנֵי עוֹר לֹא תִתֵּן מִכְשָׁל וְיִרְאֵת מֵאֲלֹהֶיךָ אֲנִי יְהוָה :

Não amaldiçoarás o surdo⁵ e diante do cego não colocarás obstáculo,⁶ mas temerás o teu Deus.⁷ Eu sou o SENHOR.

1.2 ANÁLISE GRAMATICAL

Nos versículos em análise, são encontrados 6 verbos, sendo que os 5 primeiros se encontram no imperfeito, precedidos do advérbio de negação *alo*. Essa combinação de verbo no imperfeito precedido do advérbio de negação indica uma proibição categórica.⁸ Todos os verbos estão conjugados na segunda pessoa masculina singular. Todos os verbos estão no tronco ativo simples (Qal), com exceção de *תִּקְלַל* (amaldiçoarás), que aparece no tronco ativo intensivo (Piel). Isto ocorre porque o verbo *קָלַל* muda de significado, e não apenas de intensidade, significando “ser pequeno, insignificante” quando no tronco ativo simples (Qal).

¹ Para essa finalidade, foram consultadas as seguintes versões: Almeida Revista e Atualizada (ARA), Bíblia de Jerusalém (BJ), Nova Versão Internacional (NVI) e Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH).

² A NVI traz todos os verbos dos versículos em análise na terceira pessoa do plural (Não oprimam... etc.), enquanto todas as demais versões consultadas (ARA, BJ e NTLH) trazem os verbos na segunda pessoa do singular. Não foi possível identificar o motivo, pois nem o texto da BHS e nem as variantes textuais do aparato crítico indicam qualquer verbo no plural. A NTLH traduz o verbo como “explorar”, enquanto todas as demais traduções optam por “oprimir”.

³ O aparato crítico da BHS informa que muitos manuscritos do Pentateuco Samaritano, Septuaginta, um Targum aramaico e o Targum pseudo-jônatas trazem a expressão *וְלֹא* (e não/nem). Nenhuma das traduções consultadas optou por essa variante. Trata-se de uma diferença meramente redacional, que não altera o sentido do texto.

⁴ O verbo *לִין* pode ter o sentido de “reter ou ficar durante a noite”, e no texto aparece como um imperativo negativo. As traduções consultadas omitem o “durante a noite”, sem prejuízo do sentido, pois a expressão *עַד-בֹּקֶר* (até o amanhecer) que aparece no final do versículo já é suficiente para demonstrar o significado. No entanto, como nesse passo se faz uma tradução o mais literal possível, optou-se por traduzir dessa forma, ainda que resulte em certa redundância.

⁵ A BJ opta por traduzir por “mudo”. Na LXX (Septuaginta) aparece o termo *ἄφωνος* que significa “incapaz de articular a fala, mudo”.

⁶ As traduções variam em tropeço (ARA), pedra de tropeço (BJ), obstáculo (NVI) e “alguma coisa que o faça tropeçar” (NTLH).

⁷ A Septuaginta traz a expressão *יְהוָה אֱלֹהֵינוּ* (O Senhor teu Deus). Nenhuma das traduções consultadas seguiu essa variante.

⁸KELLEY, Page. **Hebraico Bíblico**: uma gramática introdutória. Trad. Marie Krahn. São Leopoldo: Sinodal, 1998. p. 208

O único verbo que aparece no modo perfeito é וַיִּרְאֶה. A raiz ירא significa “temer”. A conjunção ו como prefixo indica que o verbo pode ser traduzido no futuro (perfeito consecutivo),⁹ e o aformativo ת indica que o verbo está na segunda pessoa masculina singular. Deve ser traduzido como “temerás”.

Os verbos que exprimem ordens negativas indicam atitudes opressivas (oprimir, roubar, reter, amaldiçoar, colocar obstáculo). Os substantivos que servem como objetos dessas ordens negativas descrevem pessoas que se encontram em situação neutra ou desfavorável com relação ao sujeito a quem se dirige a ordem: o próximo, o diarista, o surdo, o cego.

O texto se encerra com a expressão אֲנִי יְהוָה (Eu sou o SENHOR), fórmula que é repetida diversas vezes no contexto das leis de santidade, formada pelo pronome pessoal da primeira pessoa do singular e o tetragrama hebraico referente ao nome de Deus.

1.3 ANÁLISE ESTRUTURAL

O texto pode ser estruturado em três partes, de acordo com os assuntos abordados e com a estrutura gramatical. A primeira parte corresponde ao v. 13, e diz respeito à justiça para com o próximo e o trabalhador diarista. A segunda parte corresponde ao v. 14a, e contém proibições contra atos maldosos para com pessoas com deficiência (cego, surdo). A terceira parte corresponde ao v. 14b, e contém o mandamento positivo de temer a Deus e a fundamentação dos mandamentos anteriores (“Eu sou o Senhor”):

1. **Não** oprimirás o teu próximo e **não** o roubarás. **Não** ficarás à noite com o pagamento do diarista contigo até o amanhecer.
2. **Não** amaldiçoarás o surdo e diante do cego **não** colocarás obstáculo,
3. mas temerás o teu Deus. Eu sou o SENHOR.

⁹ KELLEY, p.117

2. ENTENDENDO O TEXTO EM SEU CONTEXTO

Todo texto surge com uma determinada finalidade a partir de uma tradição ou de uma cultura. Para se chegar mais perto da intenção do autor é necessário analisar o conjunto maior da obra literária em que se insere. O contexto também diz respeito à realidade histórica em que autor e destinatários viviam, que ajuda a elucidar o porquê de o texto se apresentar da forma como o conhecemos hoje.

2.1 CONTEXTO LITERÁRIO

O livro de Levítico é o terceiro do bloco dos cinco primeiros livros da Bíblia hebraica, conhecido como Torá (Lei) ou Pentateuco. A Torá foi dividida em cinco partes inicialmente pela praticidade em manejá-la em rolos menores.¹⁰

O conteúdo de Levítico é predominantemente de instruções e leis. Sua estrutura pode ser dividida em 6 partes:¹¹ Leis sobre os sacrifícios (caps. 1 a 7), o início do culto no Sinai (caps. 8 a 10), leis sobre pureza e impureza (caps. 11 a 15), o dia da expiação (cap. 16), a lei da santidade (caps. 17 a 26) e acréscimo referente ao cumprimento de votos (cap. 27). Uma das poucas histórias narradas em Levítico trata de Nadabe e Abiú, filhos de Aarão que ofereceram fogo irregular perante o Senhor.

Dentro do livro do Levítico, o capítulos 17 a 26 são conhecidos como a “Lei da Santidade”.¹² Trata-se de um bloco autônomo que tem como característica a exigência de santidade dos fiéis, que deve corresponder à santidade do Deus de Israel. Essas normas visavam a regulamentação do culto no templo. O capítulo final da lei de santidade, Lv 26, provavelmente foi projetado para ser uma conclusão de toda a lei do Sinai.¹³

Os versículos em análise (13 e 14 do capítulo 19) se inserem dentro de uma perícope que traz prescrições morais e culturais. Essas prescrições são unificadas pela expressão “Eu sou o Senhor”. Nesse contexto, os versículos em análise podem ser estudados como uma unidade autônoma de sentido.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO

A hipótese mais difundida sobre o surgimento do Pentateuco é a hipótese documental, defendida por Wellhausen, segundo a qual os cinco primeiros livros da Bíblia teriam sido baseados em diversas fontes, sendo uma delas a chamada “sacerdotal” (P).¹⁴ A perícope em análise se encontra dentro da chamada “Lei da Santidade” (Lv 17-26), um bloco autônomo inserido no texto de origem sacerdotal, mas provavelmente mais antigo.¹⁵

A questão do surgimento do texto de Levítico é controversa. Nenhum autor é mencionado no próprio texto, mas os estudiosos atribuem o material à tradição sacerdotal (P), que seria obra de uma escola e não de um único autor.¹⁶ Como características dessa tradição, encontramos o predomínio de leis, e um interesse em questões litúrgicas e de pureza.¹⁷ Ela se distingue em razão de seu vocabulário

10 SCHMIDT, Werner H. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 1994. p. 46.

11 RÖSEL, Martin. **Panorama do Antigo Testamento: história, contexto e teologia**. Trad. Nelson Kilpp. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2009. p. 33.

12 RÖSEL, 34.

13 RENDTORFF, Rolf. **Antigo Testamento: uma introdução**. Santo André: 2001, Academia Cristã. p. 218

14 Cfe. SKA, Jean Louis. **Introdução à leitura do pentateuco: chaves para a interpretação dos cinco primeiros livros da Bíblia**. São Paulo: Loyola, 2003. 117-126

15 RÖSEL, 34.

16 HARRISON, R. K. **Introduction to the Old Testament**. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1969. p. 593.

17 RÖSEL, 33.

e peculiaridades estilísticas.¹⁸ Não se sabe se os escritos provenientes dessa tradição tiveram existência independente como obras literárias ou se foram simplesmente introduzidos em textos anteriores, dando ao Pentateuco sua configuração definitiva.¹⁹

A pesquisa atual aponta como época provável do surgimento da tradição sacerdotal o período do exílio,²⁰ sendo a mesma composta de diversas camadas redacionais. Entretanto, a “Lei da santidade” pode remontar ao fim da era monárquica, refletindo os usos do templo de Jerusalém.²¹ O fato de que o capítulo 26 de Levítico parece pressupor uma ruptura da aliança e experiência de exílio pode ser usado como argumento para sustentar uma datação pós-exílica para a mesma.²² A “Lei da santidade” provavelmente surgiu em um processo cumulativo, em várias camadas, recolhendo material antigo e recente.²³

Argumentos para uma datação mais antiga do texto, fazendo-o remontar à época de Moisés, também podem ser apresentados. Primeiramente, uma das evidências que fez com que Wellhausen (autor da hipótese documentária do surgimento do Pentateuco) datasse o livro de Levítico no período pós-exílico foi a ideia de que a noção de expiação de pecados através dos sacrifícios só teria surgido nesse período, o que foi contestado pela pesquisa posterior.²⁴ Além disso, uma das funções dos sacerdotes em culturas antigas como Egito, Mesopotâmia e Israel, era preservar com fidelidade as prescrições de natureza ritual e médica recebidas. Por isso, seria razoável que os sacerdotes encarassem com desconfiança o surgimento de um código de leis pós-exílico ao qual se atribuía autoridade mosaica, e que tal documento não tivesse se imposto.²⁵

Quanto aos destinatários e a finalidade do escrito, o texto da “Lei da Santidade” se dirige a “todos os israelitas”, mas primeiramente a Aarão e seus filhos (Lv 17.1). Todo o livro do Levítico integra o contexto da transmissão da Torá por Deus a Moisés.²⁶ Grande parte das prescrições da “Lei da santidade” tem a finalidade de regular o culto, daí ser dirigida inicialmente aos sacerdotes. O modo correto de cultuar é uma das ênfases da fonte sacerdotal, e as leis cúlticas prescrevem tanto o local quanto a forma de culto, também havendo interesse na figura do sacerdote.²⁷

A perícopes em análise não é um texto narrativo. No entanto, ela se encaixa no conjunto da transmissão das prescrições legais de Deus a Moisés, iniciada no livro de Êxodo, a qual é emoldurada por narrativas, que começam em Êxodo 19 indo até Números 10.10.

Conclui-se que o texto ora em análise se insere em uma obra literária cuja redação final tomou forma no período pós-exílico. No entanto, a redação fez uso de materiais mais antigos, que podiam circular tanto como textos autônomos ou mesmo através de tradições orais. De qualquer forma, os preceitos contidos em Levítico remetem à experiência histórica do recebimento da lei no Sinai, como dádiva para organizar a vida em sociedade após a libertação da escravidão no Egito. A observância a esses preceitos é apresentada como resposta esperada à libertação, não sendo sua causa, mas sim consequência. Trata-se da nova maneira de viver resultante da libertação.

18 SCHMIDT, 93

19 A BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição revista. 2ª impressão. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 25.

20 A BÍBLIA DE JERUSALÉM, p. 25.

21 A BÍBLIA DE JERUSALÉM, p. 185.

22 RÖSEL, 35.

23 SCHMIDT, p. 117-118.

24 HARRISON, 593.

25 HARRISON, 595.

26 RÖSEL, 33.

27 SCHMIDT, 94

3. ENTENDENDO O TEXTO EM RELAÇÃO COM O TODO DA BÍBLIA

O texto de Levítico 19.13-14 inicia-se com a expressão que significa “não oprimirás”. O verbo em questão é עָשָׂק, que pode ser traduzido como oprimir, conseguir fraudulentamente, enganar ou praticar violência. Diz respeito a um ato de abuso de poder ou autoridade, pressupondo uma relação de desigualdade entre o opressor e o oprimido. A opressão é um pecado grave, no entanto muito disseminado em Israel, como se vê nos textos dos profetas (ex: Ez 22.29, Os 12.7 e Os 5.11).²⁸ O objeto desse verbo, no versículo em análise, é o “próximo” (רֵעִי). Esse substantivo é derivado do verbo רָעָה, que traduz-se por “ser amigo de, associar-se com”. Pode ser também traduzido como amigo, vizinho, companheiro ou parceiro. O termo se aplica tanto a pessoas próximas quanto a pessoas que se encontram ocasionalmente, em razão de atividades em comum. Esse é o termo utilizado também no mandamento do amor ao próximo, em Lv 19.18, citado por Jesus em Mt 19.19. O “próximo” não é apenas um amigo ou um familiar, mas qualquer pessoa com quem nos deparamos ocasionalmente.²⁹ Em favor dessas pessoas, é dada a ordem de não oprimir.

Também em favor do próximo é dada, em Lv 19.13, a ordem de não roubar. O verbo גָּנַב aparece também em Gn 21.25, Jz 9.25, Jó 20.19 e 24.9, e Ec 5.8, sempre em referência a ações violentas de expropriação. Em Mq 3.2 parece fazer referência, figurativamente, à prática de esfolar pessoas.³⁰ Portanto, o sentido do verbo vai além da mera expropriação patrimonial, mas abrange sempre a violência. Não é o mesmo verbo que é utilizado, por exemplo, nos 10 mandamentos em Ex 20.15 e Dt 5.19, melhor traduzido como “furtar”, que designa em sentido mais amplo a ação de se apropriar de algo que pertence a outra pessoa.

Outra proibição diz respeito a reter o pagamento (פְּעֻלָּה) do trabalhador assalariado (שָׂכִיר). O termo designa um tipo de trabalhador que depende de seu pagamento diário, pois se trata de um empregado ocasional (Jó 7.1ss, Jr 22.13; Ml 3.5).³¹

No versículo 14, verbo קָלַל aparece em sua forma Piel, que significa amaldiçoar, declarar alguém amaldiçoado. O objeto é o substantivo חֵרֵשׁ, que significa surdo. O substantivo é derivado do verbo חָרַשׁ, que significa estar calado, sem fala, mudo. Embora a forma verbal enfatize mais o silêncio ou o não falar, o substantivo derivado tem o sentido de surdo todas as vezes que aparece na Bíblia (Ex 4.11, Sl 38.13).³²

Em seguida, o texto contém outra proibição, que desta vez protege o cego. O adjetivo עִוֵּר, derivado do verbo רָעַ (cegar) aparece na maioria das vezes como substantivo, podendo designar tanto a pessoa que é cega literalmente quanto num sentido figurado.³³ A ação da qual se quer proteger o cego é “colocar obstáculo” ou “colocar pedra de tropeço”.

A temática da pessoa com deficiência aparece diversas vezes no Antigo Testamento. O número de pessoas com deficiência em Israel era provavelmente bastante elevado. O atendimento médico era precário e muitas doenças deixavam sequelas. Além disso, as guerras produziam lesões em muitas vítimas. Era costume cegar o inimigo de guerra derrotado (2 Rs 25.7). Cegos, coxos e

28 ALLEN, Ronald B. Oprimir, conseguir fraudulentamente, enganar, praticar violência. In: HARRIS, R. Laird (org.). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998. P. 1186-1187.

29 HARRIS, R. Laird. Associar-se com, ser amigo de. In: HARRIS, R. Laird (org.). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 1483-1484.

30 SMICK, Elmer B. Apoderar-se, arrancar, puxar para fora, tirar à força, roubar. In: HARRIS, R. Laird (org.). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 259.

31 WEGNER, Uwe. A pobreza como desafio para ações diaconais. In: GAEDE NETO, Rodolfo, PLETSCHE, Rosane e WEGNER, Uwe (orgs.). *Práticas diaconais: subsídios bíblicos*. São Leopoldo: Sinodal, CEBI, 2004. p.223-241.

32 WOOD, Leon J. Estar calado, sem fala, surdo. In: HARRIS, R. Laird (org.). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 541-542.

33 SCHULTZ, Carl. Cegar. In: HARRIS, R. Laird (org.). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 1094-1095.

surdos são mencionados também em 2 Sm 5.6-8, Lv 19.14, 2 Sm 9.3.³⁴ Lv 21.18-23 impedia que pessoas com deficiência fossem sacerdotes, o que contribuía para a marginalização dessas pessoas.

No entanto, havia leis sociais que beneficiavam estas pessoas, como, por exemplo, Dt 27.18a: “Maldito todo aquele que fizer o cego errar o caminho”. Pv 31.8 aconselha o rei: “Abre a tua boca em favor do mudo, pelo direito de todos os que se acham desamparados”. Passagens dos profetas que falam da volta de Israel do exílio (Is 35.1-6; 42.16; Jr 31.7-9) mencionam expressamente cegos, coxos, aleijados e mudos, que serão protegidos por Deus. Em Is 42.7 aparece a promessa de que o “Servo Sofredor” dará vista aos cegos, o que se cumpre tanto literalmente quanto metaforicamente em Jesus Cristo. Em Ex 4.10, Moisés tenta se esquivar da tarefa que Deus lhe dá afirmando ser “pesado de boca e de língua”, o que pode indicar alguma dificuldade na fala,³⁵ tendo em vista a resposta de Deus no versículo seguinte: “Quem fez a boca do homem? ou quem fez o mudo, ou o surdo, ou o que vê, ou o cego? Não sou eu, o Senhor?”.

Jesus rejeitou a ideia corrente no judaísmo de seu tempo de que a cegueira seria consequência de pecados da pessoa ou de seus pais (Jo 9.1ss). Recebia consigo cegos na comunhão, dando-lhes assim participação no Reino de Deus, e ensinou que se fizesse o mesmo aos aleijados e mancos (Lc 14.13). Jesus também usa a cegueira para descrever metaforicamente a situação dos fariseus, “guias cegos” (Mt 15.14).³⁶

Aos mandamentos proibitivos, segue-se uma ordem para temer a Deus. O verbo אָרַי pode ter o significado tanto de sentir medo ou pavor quanto de reverenciar, respeitar. Quando seu uso é associado a outras leis e mandamentos, o temor pode significar levar uma vida reta, justa. Trata-se de seu significado no texto em análise, bem como em Lv 25.17, 2 Rs 17.34. Em Dt 17.19, o aprendizado do temor a Deus se dá mediante a leitura da lei. Em outras passagens, o verbo também é associado à bondade com o estrangeiro (Dt 10.18-20, 25.18). Portanto, o temor a Deus não se resume a um sentimento religioso, mas é demonstrado através de uma vida justa e da prática da solidariedade.³⁷ O temor ao Senhor implicava no reconhecimento da imagem de Deus no próximo, incluindo aqueles que se encontravam em situação desfavorável ou tinham alguma deficiência. Agir com crueldade ou sem misericórdia para com essas pessoas equivalia a desrespeitar o próprio Deus.

O versículo 14 termina com a fórmula אֲנִי יְהוָה (Eu sou o SENHOR), que se repete várias vezes ao longo das leis de santidade, pela qual o Deus de Israel “assina” os mandamentos. O tema teológico central de Lv 19.13-14 é a opressão de pessoas que, por alguma circunstância ou característica própria, estão em situação de desvantagem. Contra essa realidade, a lei de santidade impõe àqueles que se encontram em situação privilegiada que ajam com justiça. Esse tema é muito frequente no Antigo Testamento, especialmente nas leis do Pentateuco e nos Profetas. Em Lv 19.14, é dada especial ênfase aos deficientes visuais e auditivos, pessoas que, devido a suas limitações, não estão em condições de se defender.

³⁴ WUTZKE, Egon, e WALBER, Vera Beatris. As pessoas com deficiência e sua vida comunitária. In: GAEDE NETO, Rodolfo, PLETSCH, Rosane e WEGNER, Uwe (orgs.). Práticas diaconais: subsídios bíblicos. São Leopoldo: Sinodal, CEBI, 2004. p.173.

³⁵ WUTZKE, 2004, p. 175.

³⁶ GRABER, F. Cego. In: BROWN, Colin; COENEN, Lothar (orgs.). Tradução Gordon Chown. 2 ed. Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, v. 1. São Paulo: Vida Nova, 2000. p. 315-317.

³⁷ BOWLING, Andrew. Temer. In: HARRIS, R. Laird (org.). Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 654-657.

4. ENTENDENDO O QUE O TEXTO DIZ PARA NÓS HOJE

Na pesquisa exegética de Lv 19.13-14, constata-se que não há grandes dificuldades ou polêmicas envolvendo o texto. Comentaristas em geral dedicam pouca atenção a essa passagem, ou mesmo consideram desnecessário entrar em pormenores sobre os estatutos, que são claros por si mesmos.³⁸ Ainda assim, há pontos de vista importantes que foram encontrados na literatura.

O primeiro mandamento contido no texto é a proibição de oprimir o próximo. Entende-se como “próximo” outro israelita, embora o contexto aponte especialmente para pessoas em situação de desvantagem. A conduta para com o próximo deve se pautar no fato de que é um irmão³⁹ e no amor desprendido que se deve ter especialmente para com os necessitados.⁴⁰ O roubo do próximo está ligado com a retenção do pagamento do trabalhador.⁴¹ Este roubo era equiparado à profanação do nome de Deus.⁴²

A existência do mandamento que proíbe reter o pagamento do diarista revela a terna solicitude de Deus, que se preocupa com a situação de um pobre trabalhador.⁴³ Reflexos dessa preocupação são apontados no Novo Testamento: quando os trabalhadores são contratados por dia, precisam ter seu pagamento antes do anoitecer (Mt 20.8). Os senhores são exortados a tratarem com justiça seus servos (Ef 6.9; Cl 4.1).⁴⁴ Tiago afirma que o clamor dos trabalhadores que foram roubados em suas remunerações chega aos ouvidos de Deus (Tg 5.4).⁴⁵

O versículo 14 trata especialmente da questão das pessoas com deficiências. No oriente próximo antigo as pessoas com desvantagens tenderiam a ser exploradas e abusadas, mas entre os israelitas elas deveriam ser levadas em consideração, porque traziam em si a imagem de Deus a quem Israel deveria reverenciar.⁴⁶ O ato de amaldiçoar o surdo é proibido, pois tem como vítima alguém que não pode se defender.⁴⁷ Esta proibição poderia incluir a ridicularização do surdo.⁴⁸

Igualmente, o cego era alvo da proteção especial dos estatutos de Levítico. O fato de haver legislação específica contra o abuso às pessoas com deficiência indica que essas práticas deveriam ser comuns. A proibição de fazer o cego errar o caminho também aparece em Dt 27.18.⁴⁹ A ideia de colocar uma pedra de tropeço diante de um cego revela crueldade, da qual o ser humano é capaz.⁵⁰

Extraí-se de Lv 19.13-14, bem como de outros estatutos contidos nesse capítulo, uma dupla lição: o ser humano é capaz de perversidades e Deus tem um cuidado terno para com os necessitados e injustiçados.⁵¹ A base da conduta moral de Israel estava na relação entre Deus e o povo. Pelo fato de o povo de Israel estar associado ao nome de Deus, exigia-se uma conduta correspondente.⁵²

³⁸ MACKINTOSH, C. K. **Estudos sobre o livro de Levítico**. 2ª ed. Trad. Feliciano H. dos Santos. Lisboa: 1978, Depósito de Literatura Cristã. p. 225.

³⁹ HARRISON, Roland K. **Levítico: Introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 1983. p. 183.

⁴⁰ MACKINTOSH, C. K. **Estudos sobre o livro de Levítico**. 2ª ed. Trad. Feliciano H. dos Santos. Lisboa: 1978, Depósito de Literatura Cristã. p. 419.

⁴¹ HARRISON, p. 183.

⁴² KEIL, C.F., e DELITZSCH, F. **Commentary on the old testament**. Vol I. Trad. James Martin. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1980. p. 420.

⁴³ MACKINTOSH, p. 228.

⁴⁴ HARRISON, p. 183.

⁴⁵ MACKINTOSH, p. 228.

⁴⁶ HARRISON, p. 183.

⁴⁷ HARRISON, p. 183.

⁴⁸ KEIL e DELITZSCH, p. 420.

⁴⁹ HARRISON, p. 183.

⁵⁰ MACKINTOSH, p. 231.

⁵¹ MACKINTOSH, p. 231-232.

⁵² MACKINTOSH, p. 221-222.

4.1 REFLEXÃO HERMENÊUTICA E IMPULSOS PARA A APLICAÇÃO DO TEXTO

A temática do trabalho está muito presente nas Escrituras, aparecendo já nos relatos da criação em Gn 2.15 e Gn 1.28. Os profetas são particularmente sensíveis aos problemas dos trabalhadores, especialmente no contexto rural. Nos evangelhos encontramos um contexto problemático para os trabalhadores: o templo de Jerusalém e as sinagogas reivindicavam uma parcela significativa de tudo o que era produzido, apesar de excluírem por meio de suas leis o povo simples trabalhador. Acima desse sistema religioso, sobrepunha-se o Império Romano com sua pesada tributação, o que fazia com que o campesinato ficasse completamente exaurido e empobrecido. Nesse contexto de tensão social surge o anúncio do Reino por Jesus.⁵³

No Brasil a atividade agrária continua ocupando um espaço significativo na economia, mas a crescente urbanização e as novas tecnologias de produção (inclusive na agricultura) impõem um contexto bastante diferente daquele dos tempos bíblicos. Apesar disso, a força de trabalho do ser humano continua desempenhando um papel fundamental nos meios de produção. Problemas contemporâneos relacionados à classe trabalhadora incluem a crescente alienação quanto ao produto final do trabalho. O ser humano é criativo por natureza, e obtém satisfação com o fruto de seu trabalho. No entanto, no contexto industrial de nossos tempos, o trabalho é dividido de maneira a maximizar a produção, sendo que cada trabalhador executa apenas uma parte do processo, sem ter acesso ao produto final de seu trabalho, e recebendo uma remuneração que corresponde a uma parte mínima do lucro que a empresa obtém com o que foi produzido. Conseqüentemente, o trabalho se transforma em um fardo para a maioria das pessoas, o qual é desempenhado por necessidade de sustento, e completamente desvinculado da realização pessoal. Pelo contrário, o auge da realização pessoal em nossa cultura é chegar a um patamar onde a pessoa não precise trabalhar para se sustentar.

Além disso, somam-se a essa problemática a questão do desemprego, que nos últimos anos tem crescido aceleradamente em nosso país, e os diversos problemas sociais que provêm dessa realidade. Os indivíduos e famílias também sofrem com isso, e cabe-nos questionar qual o papel da igreja nesse contexto. A realidade mostra que igrejas têm oferecido diferentes respostas para a questão da pobreza e da prosperidade material, e que a receita para o sucesso numérico das igrejas que pregam a “teologia da prosperidade” reside justamente nisso, ainda que a resposta seja teologicamente incorreta. Outro extremo é encontrado por vezes em igrejas históricas, onde o evangelho é espiritualizado de forma a desconsiderar problemas concretos da vida das pessoas. Problemas econômicos e financeiros causam sofrimento real nas pessoas e famílias, e a igreja erra quando os ignora. Precisamos encarar o problema de forma realista, ou nossos membros em contexto de empobrecimento estarão diante de duas opções: descartar a igreja como irrelevante ou optar por formas de igreja neo-pentecostais, que apontam para soluções milagrosas para seus problemas.

A temática da inclusão da pessoa com deficiência é uma preocupação da IECLB. Fruto dessa preocupação é o caderno de estudos que resultou da realização do Fórum Teologia e Deficiência em 2013.⁵⁴ No entanto, a reflexão em torno do tema já se intensificava em 1992, quando foi instalada uma coordenação para tratar da inclusão da pessoa com deficiência.

Uma das maiores contribuições para o debate acerca do tema da pessoa com deficiência na IECLB parte da Pa. Iára Müller, que também é autora de um dos textos do caderno de estudos. Iára teve paralisia infantil, e como conseqüência tem dificuldades de locomoção. A pastora relata um pouco de sua biografia em “Encarando a deficiência”, livro de bolso publicado em 1989.⁵⁵ A autora afirma que a falta de atenção da igreja para com as pessoas com deficiência acaba afastando ou inibindo a

⁵³ SCHWANTES, Milton. “Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra”: Iniciação à temática do trabalho e do trabalhador na Bíblia. In: Estudos Bíblicos. v. 11. Petrópolis: Vozes, 1986.

⁵⁴ Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. **Contribuições do Fórum Teologia e Deficiência**. Porto Alegre: IECLB, 2013.

⁵⁵ MÜLLER, Iára. **Encarando a deficiência**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1989.

participação destas na vida comunitária, e que embora a deficiência imponha limitações à pessoa, o maior problema está na rejeição por parte da sociedade.⁵⁶

Como forma de ajudar a pessoa com deficiência, a Pa. Iára sugere inicialmente possibilitar o diálogo aberto sobre o assunto, ouvindo especialmente a pessoa com deficiência.⁵⁷ É importante também proporcionar união entre pessoas com deficiência, para que compartilhem soluções para seus problemas, e para que possam formar uma imagem de si mesmas que não tenha como referenciais apenas pessoas sem deficiência.⁵⁸

Outra preocupação da autora é com a reflexão teológica acerca do tema, que visa afastar más interpretações segundo as quais a deficiência seria punição por algum pecado. Assim como os autores dos salmos questionavam ou até acusavam Deus por seus sofrimentos, sendo que esse desabafo era fruto de sua intimidade com Deus, a autora ressalta a liberdade que a pessoa com deficiência deve ter de colocar seus sofrimentos e revolta diante de Deus.⁵⁹ Afirma que não existe uma explicação teológica para o fato de uma pessoa específica ter deficiência, mas que a força da fé reside justamente na capacidade de suportar o absurdo.⁶⁰ A pessoa com deficiência é tão pecadora quanto qualquer outra, mas não há relação de causalidade entre o pecado e a deficiência.⁶¹

A reflexão sobre a participação da pessoa com deficiência na vida comunitária é objeto de outra obra da mesma autora, onde a partir de 1 Co 12.20-26 é trabalhada a questão da diversidade no corpo de Cristo.⁶² A autora afirma que a possibilidade de curas físicas como as que são narradas nos evangelhos são remotas hoje, mas isso não anula a integridade da pessoa com deficiência, pois a salvação, perdão de pecados e a inclusão social também estiveram presentes no ministério de Cristo, e devem ser promovidas pela igreja.⁶³

Outros materiais editados pela IECLB a respeito dessa temática incluem os livretos “Conviva com a diferença”,⁶⁴ que traz dicas práticas para o convívio com pessoas com diversos tipos de deficiência, e a revista infantil “Lipe e sua turma: conviver é legal”⁶⁵, que tem o objetivo de familiarizar as crianças com o tema da deficiência.

No âmbito eclesial, a acessibilidade dos templos e centros comunitários a pessoas cadeirantes é algo que foi implementado com sucesso na maioria das comunidades da IECLB, e atende aos padrões que o poder público impõe. Uma iniciativa importante de algumas paróquias, cuja disseminação deveria ser promovida em todas as igrejas, é oferecer tradução dos cultos na linguagem brasileira de sinais (LIBRAS) para surdos. Pequenos gestos, como levar os elementos da Santa Ceia até as pessoas que têm mobilidade reduzida, ou deixar explícito na liturgia do culto que devem se levantar “aqueles que puderem” ajudam a evitar o desconforto e o constrangimento dessas pessoas. Felizmente esses gestos tornaram-se hábitos na maioria de nossas comunidades.

No entanto, ainda que os esforços pela inclusão sejam efetivos, é necessário perguntar porque temos tão poucas pessoas com deficiência nos bancos de nossas comunidades. É provável que aquilo que temos feito não seja suficiente para fazer essas pessoas se sentirem verdadeiramente acolhidas. Precisamos procurar essas pessoas e seus familiares para ouvir o que têm a dizer sobre o assunto, e não apenas esperar que venham até nós.

⁵⁶ MÜLLER, 1989, p. 19-20.

⁵⁷ MÜLLER, 1989, p. 28-29.

⁵⁸ MÜLLER, 1989, p. 31-33.

⁵⁹ MÜLLER, 1989, p. 49.

⁶⁰ MÜLLER, 1989, p. 50.

⁶¹ MÜLLER, 1989, p. 52.

⁶² MÜLLER, Iára. **Aconselhamento com pessoas portadoras de deficiência**: experiência de um grupo na comunidade. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1999, p. 56-60.

⁶³ MÜLLER, 1999, p. 60.

⁶⁴ Programa Diaconia Inclusão – IECLB. **Conviva com a diferença**: dicas para o relacionamento social com a pessoa com deficiência.

⁶⁵ Departamento de Educação Cristã e Programa Diaconia Inclusão da Secretaria da Ação Comunitária – IECLB. **Lipe e sua turma**: conviver é legal. São Leopoldo: Sinodal, 2010.

CONCLUSÃO

Textos legislativos do Antigo Testamento costumam ser pouco lidos e estudados nas comunidades cristãs, pois há a percepção equivocada de que eles se destinam a uma sociedade primitiva, que não teria nada a ensinar a nós, que aprendemos de nossa tradição ocidental elevados princípios humanitários. Isso reflete não apenas ignorância quanto à história, mas também uma visão demasiadamente benevolente de nossa própria cultura. Uma leitura mais atenta desses textos nos mostrará que muito dos valores mais caros à nossa sociedade, que julgamos ser frutos de desenvolvimentos recentes de uma sociedade secularizada, na verdade já eram compartilhados milênios atrás nos textos religiosos de Israel.

É verdade que esses estatutos legais do Antigo Testamento não devem ser aplicados integralmente em nosso contexto, seja no âmbito civil ou eclesiástico. Isso seria um anacronismo terrível. Essas leis surgiram em um contexto específico, do qual não podem ser desvinculadas. No entanto há princípios que estão por trás de sua redação que revelam o cuidado e a preocupação de Deus sobre o modo como o povo que se identifica com Ele deveria viver, especialmente no que diz respeito à relação entre os poderosos e os mais necessitados.

O texto de Lv 19.13-14 se apresenta de maneira relativamente clara. A crítica textual não aponta divergências significativas quanto ao seu conteúdo.

Não é possível apontar com precisão o momento histórico do surgimento do texto. No entanto, o bloco no qual encontra-se inserido (a “lei de santidade”) adquire sua forma final no período pós-exílico, ainda que possivelmente tenha utilizado material mais antigo. Isso indica um período de reorganização da sociedade israelita e uma economia predominantemente agrária. O exílio é interpretado por Israel como castigo divino por sua desobediência. Após o retorno do exílio, a religião judaica vai ganhando os contornos que tinha nos tempos de Cristo, e de certa forma retém até os dias de hoje. A pureza e a obediência a Deus tornam-se preocupações prioritárias, e abrangem a necessidade de um relacionamento justo e solidário com o próximo, especialmente o necessitado.

Os temas abordados nos versículos em análise aparecem muitas outras vezes na Bíblia. No Antigo Testamento, destacam-se as leis que protegem os necessitados e os trabalhadores, e a forte crítica social dos profetas. No Novo Testamento, essa preocupação se reflete especialmente nas palavras e atos de Jesus Cristo, que incluiu em sua comunhão os pobres e as pessoas com deficiência, restituindo-lhes a dignidade.

Embora o contexto em que vivamos hoje seja muito diferente daquele dos tempos bíblicos, tanto no aspecto da cultura quanto da economia, a realidade da exploração e da exclusão social ainda são muito presentes. Assim como naquela época, existem leis que protegem os menos favorecidos, mas diversos fatores acabam impedindo que essas leis produzam mudança mais significativa no dia a dia das pessoas. Também as igrejas têm demonstrado preocupação com a defesa das causas sociais e a inclusão das pessoas com deficiência, embora as políticas de inclusão adotadas no âmbito denominacional nem sempre cheguem a ser aplicadas nas bases, ou seja, nas comunidades.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Ronald B. Oprimir, conseguir fraudulentamente, enganar, praticar violência. In: HARRIS, R. Laird (org.). **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998. P. 1186-1187.
- BÍBLIA**. Português. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.
- BÍBLIA**. Português. A Bíblia de Jerusalém. GORGULHO, Gilberto; STORNILO, Ivo; ANDERSON, Ana Flora (Coords.) São Paulo: Paulus, 1998.
- BÍBLIA**. Português. Nova Tradução na Linguagem de Hoje. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988.
- BÍBLIA**. Português. Nova Versão Internacional. Traduzido pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Vida, 2000.
- BOWLING, Andrew. Temer. In: HARRIS, R. Laird (org.). **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 654-657.
- Departamento de Educação Cristã e Programa Diaconia Inclusão da Secretaria da Ação Comunitária – IECLB. **Lipe e sua turma: conviver é legal**. São Leopoldo: Sinodal, 2010.
- GRABER, F. Cego. In: BROWN, Colin; COENEN, Lothar (orgs.). Tradução Gordon Chown. 2 ed. **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**, v. 1. São Paulo: Vida Nova, 2000. p. 315-317.
- HARRIS, R. Laird. Associar-se com, ser amigo de. In: HARRIS, R. Laird (org.). **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 1483-1484.
- HARRISON, R. K. **Introduction to the Old Testament**. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1969.
- HARRISON, Roland K. **Levítico: Introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 1983.
- Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. **Contribuições do Fórum Teologia e Deficiência**. Porto Alegre: IECLB, 2013.
- KEIL, C.F., e DELITZSCH, F. **Commentary on the old testament**. Vol I. Trad. James Martin. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1980.
- KELLEY, Page. **Hebraico Bíblico: uma gramática introdutória**. Trad. Marie Krahn. São Leopoldo: Sinodal, 1998.
- MACKINTOSH, C. K. **Estudos sobre o livro de Levítico**. 2ª ed. Trad. Feliciano H. dos Santos. Lisboa: 1978, Depósito de Literatura Cristã.
- MÜLLER, Iára. **Aconselhamento com pessoas portadoras de deficiência: experiência de um grupo na comunidade**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1999.
- MÜLLER, Iára. **Encarando a deficiência**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1989.
- Programa Diaconia Inclusão – IECLB. **Conviva com a diferença: dicas para o relacionamento social com a pessoa com deficiência**.
- RENDTORFF, Rolf. **Antigo Testamento: uma introdução**. Santo André: 2001, Academia Cristã.
- RÖSEL, Martin. **Panorama do Antigo Testamento: história, contexto e teologia**. Trad. Nelson Kilpp. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2009.
- SCHMIDT, Werner H. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 1994.

SCHULTZ, Carl. Cegar. In: HARRIS, R. Laird (org.). **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 1094-1095.

SCHWANTES, Milton. “Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra”: Iniciação à temática do trabalho e do trabalhador na Bíblia. In: **Estudos Bíblicos**. v. 11. Petrópolis: Vozes, 1986.

Septuaginta: id est Vetus Testamentum graece iuxta LXX interpretes. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1979.

SKA, Jean Louis. **Introdução à leitura do pentateuco**: chaves para a interpretação dos cinco primeiros livros da Bíblia. São Paulo: Loyola, 2003.

SMICK, Elmer B. Apoderar-se, arrancar, puxar para fora, tirar à força, roubar. In: HARRIS, R. Laird (org.). **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 259.

WEGNER, Uwe. A pobreza como desafio para ações diaconais. In: GAEDE NETO, Rodolfo, PLETSCH, Rosane e WEGNER, Uwe (orgs.). **Práticas diaconais**: subsídios bíblicos. São Leopoldo: Sinodal, CEBI, 2004. p.223-241.

WOOD, Leon J. Estar calado, sem fala, surdo. In: HARRIS, R. Laird (org.). **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 541-542.

WUTZKE, Egon, e WALBER, Vera Beatris. As pessoas com deficiência e sua vida comunitária. In: GAEDE NETO, Rodolfo, PLETSCH, Rosane e WEGNER, Uwe (orgs.). **Práticas diaconais**: subsídios bíblicos. São Leopoldo: Sinodal, CEBI, 2004. p.173.